

RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO POSTO AVANÇADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE NOVA PRATA EM 20.03.2014

Aos 20 dias do mês de março de 2014, compareceu à sede do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lázaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000434-65.2014.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Substituta Deise Anne Herold, pela Assistente-Chefe Lisete Maria Kist Wirth e pelos servidores lotados nesse Posto. Com base nas informações prestadas pelos Gestores do Posto Avançado da Justiça do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 04.08.1997

Data da última correição realizada: 11.04.2013

Jurisdição: Cotiporã, Fagundes Varela, Guabiju, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Prata, Paraí, Protásio Alves, São Jorge, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2013 a 20.03.2014

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 03/2014, da Corregedoria Regional deste TRT, o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata pertence à 52ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Bento Gonçalves. Essa circunscrição é dotada de lotação de 3 Juízes do Trabalho Substitutos, um dos quais atua no Posto.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

2.1.2 Juízes Atuais

Juíza	Situação	Período
Milena Ody (atuando na 1ª Vara de Bento Gonçalves)	Juíza Substituta lotada	Desde 10.03.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 10.02.2014)

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz(a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Ana Paula Kotlinsky Severino	10.03.2013 a 09.03.2014	Juíza Substituta lotada	1 ano
2	Graciela Maffei	18 a 24.09.2013	Respondeu pela Unidade Judiciária (sem pauta)	7 dias
3	Jaqueline Menta	21.10.2013 a 09.03.2014	Juíza Substituta lotada estava designada para atuar em outras Unidades e/ou em férias	4 meses e 19 dias
4	Deise Anne Herold	10.03.2014 a 20.03.2014*	Juíza Substituta lotada estava designada para atuar em outra Unidade	11 dias

* Período total da atuação: 10.03 a 23.03.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 12.03.2014)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correcionado

	Juiz(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Substituta lotada	Ana Paula Kotlinsky Severino (de 10.03.2013 a 09.03.2014)	Férias	19.08.2013 a 25.08.2013 20.11.2013 a 19.12.2013	37 dias
		Curso	20.06.2013 a 22.06.2013	3 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	18.09.2013 a 27.09.2013	10 dias
		Designada para atuar em outras Unidades Judiciárias	21.10.2013 a 16.03.2014	5 meses

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 12.03.2014)

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados no Posto Avançado da Justiça do Trabalho

	Servidor(a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Lisete Maria Kist Wirth	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Portaria	Assistente-Chefe de Posto (FC05)	26.11.2008
2	Alexandre Lange	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	25.06.2012
*	Jones Márcio Fiorenza Colpo	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador	-	06.08.2010
3	Marli Gazzoni	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	13.08.2012
4	Evandro Tajés Wendt	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	10.12.2012
5	Caroline May Schmitt	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	24.06.2013
6	Juliana Waltrick de Moraes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	24.06.2013
7	Maria Augusta Brusque da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	05.08.2013
8	Patrícia Santacatterina de Souza	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	30.09.2013
9	Gabriele Tochetto Caon	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	15.10.2013

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.02.2014)

* Servidor ocupante do cargo Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2011, 2012 e 2013)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
944 processos	751 a 1.000	9 servidores	9 a 10 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata está adequado à quantidade prevista na referida norma.

2.2.3 Afastamento dos Servidores

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Alexandre Lange	-	-	-
Caroline May Schmitt (desde 24.06.2013)	Curso ou Evento	5 dias	6 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1 dia	
Evandro Tajes Wendt	Casamento	8 dias	9 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1 dia	
Gabriele Tochetto Caon (desde 15.10.2013)	-	-	-
Jones Márcio Fiorenza Colpo	-	-	-
Juliana Waltrick de Moraes (desde 24.06.2013)	Curso ou Evento	5 dias	5 dias
Lisete Maria Kist Wirth	Curso ou Evento	6 dias	6 dias
Maria Augusta Brusque da Silva (desde 05.08.2013)	Curso ou Evento	5 dias	5 dias
Marli Gazzoni	Dispensa Médica	1 dia	3 dias
	Doença em Pessoa da Família	1 dia	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1 dia	

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Patrícia Santacatterina de Souza (desde 30.09.2013)	Curso ou Evento	5 dias	6 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1 dia	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.02.2014)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor(a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Eduardo dos Santos Appio	11.06.2012	06.01.2013	6 meses e 26 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul
2	Carlos Alexsandro Silva da Costa	16.12.2011	24.02.2013	1 ano, 2 meses e 9 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul
3	Lucio Eduardo Schwengber	05.12.2011	21.04.2013	1 ano, 4 meses e 17 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Farroupilha
4	Magnus Fernando Koch	10.12.2012	04.06.2013	5 meses e 25 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Encantado
5	Fernanda Dexheimer	10.12.2012	24.06.2013	6 meses e 15 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Guaíba – Secretária de Audiência FC03
6	Andrea Regina da Cunha Lemos Fabiane	16.03.2012	09.07.2013	1 ano, 3 meses e 24 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Estrela
7	Juliana Maschio	25.02.2013	10.07.2013	4 meses e 16 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Passo Fundo – Assistente de Juiz Substituto FC05
8	Bernardo More Frigeri	24.06.2013	14.07.2013	21 dias	Lotação no Gab. Des. Wilson Carvalho Dias – Assistente de Gabinete (FC05)
9	Simone Rossato de	10.12.2012	23.09.2013	9 meses e 14 dias	Lotação no Gab.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

	Pelegri			dias	Des. Wilson Carvalho Dias – Assistente de Gabinete (FC05)
--	---------	--	--	------	---

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.02.2014)

2.2.5 Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.02.2014.

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

Juiz	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
Milena Ody	-	12 horas	311,5 horas	323,5 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.02.2014)

2.3.2 Capacitação dos Servidores

Servidor(a)	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
Alexandre Lange	-	-	-	-
Caroline May Schmitt	-	-	91 horas	91 horas
Evandro Tajés Wendt	30 horas	26 horas	65 horas	121 horas
Gabriele Tochetto Caon	-	-	-	-
Jones Márcio Fiorenza Colpo	-	26 horas	20 horas	46 horas
Juliana Waltrick de Moraes	20 horas	-	95 horas	115 horas
Lisete Maria Kist Wirth*	127 horas	26 horas	120 horas	273 horas
Maria Augusta Brusque da Silva	20 horas	-	106 horas	126 horas
Marli Gazzoni	30 horas	26 horas	40 horas	96 horas
Patrícia Santacatterina de Souza	-	-	56 horas	56 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.02.2014)

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2012	2013	2014 (até ...)	Variação% 2012-2013	Variação% 2013-2014 (até ...)
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.225	1.246	1.254	1,71%	0,64%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	177	109	107	-38,42%	-1,83%
Pendentes de finalização na fase de execução***	888	847	851	-4,62%	0,47%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	37	41	34	10,81%	-17,07%
Total	2.327	2.243	2.246	-3,61%	0,13%

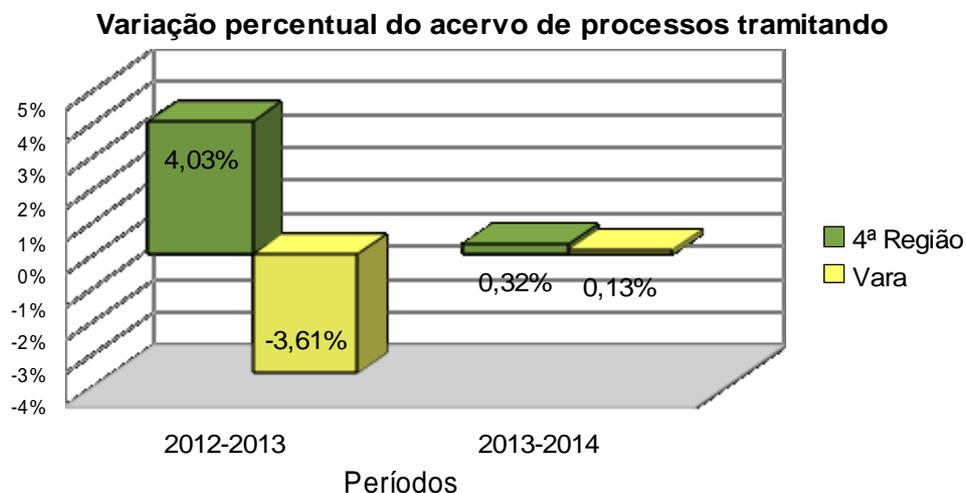
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.02.2014)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2013, houve diminuição de 3,61% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em número de processos, liquidação foi a fase que mais contribuiu para a diminuição desse estoque (decréscimo de 68 processos). O estoque de cartas precatórias tramitando registrou aumento de 10,81% no período, enquanto o de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 1,71%. No geral, o resultado obtido pela Unidade Judiciária foi melhor que o resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 4,03% dos processos em tramitação.



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

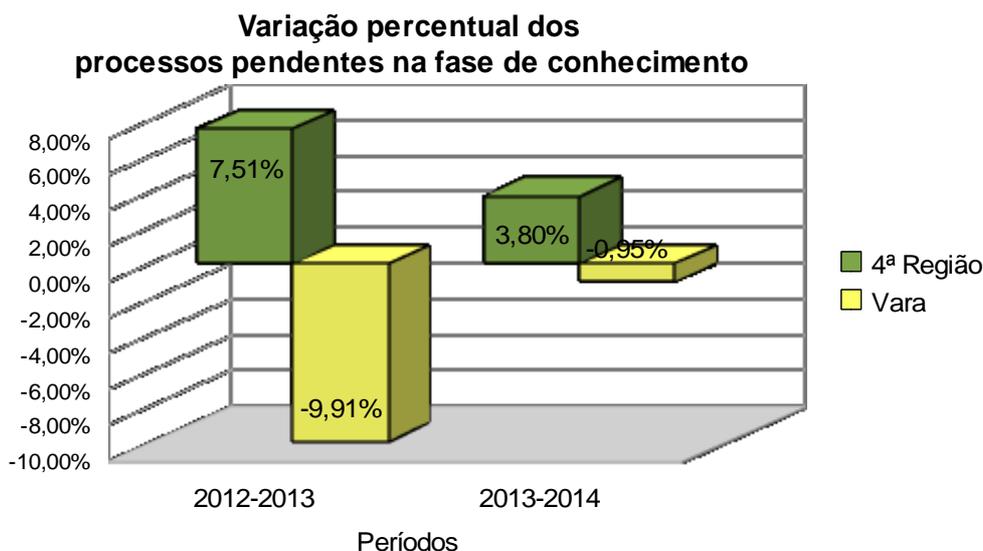
3.2.1 Processos pendentes de solução

	2012	2013	2014 (até jan)	Variação 2012-2013	Variação 2013-2014 (até jan)
Pendentes de solução do período anterior	604	585	527	-3,15%	-9,91%
Casos novos	996	847	67	-14,96%	-92,09%
Sentença Anulada/Reformada	4	5	0	25,00%	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	962	906	41	-5,82%	-95,47%
Processos pendentes de solução	585	527	522	-9,91%	-0,95%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.02.2014)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2013, registrou-se diminuição de 9,91% do estoque de processos pendentes da fase de conhecimento, em relação ao período anterior. Dentre os fatores que contribuíram para isso, registra-se a diminuição de 14,96% no número de casos novos (processos ajuizados), cuja média mensal passou de 83 processos em 2012, para 70,58 processos por mês em 2013. Além disso, a Unidade Judiciária apresentou melhor desempenho do que o registrado em toda a 4ª Região em 2013, conforme apontado no gráfico a seguir.



Ainda quanto aos processo pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontram aguardando

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar a redução em mais de 65,12% do número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2012	2013	2014 (até janeiro)	Variação 2012-2013	Variação 2013-2014 (até jan)
Aguardando 1ª sessão de audiência	167	92	120	-44,91%	30,43%
Aguardando encerramento da instrução	347	401	408	15,56%	1,75%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	28	19	15	-32,14%	-21,05%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	43	15	9	-65,12%	-40,00%
TOTAL	585	527	552	-9,91%	4,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.02.2014)

3.2.2 Taxa de congestionamento

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento*					
	2012	2013	2014 (até jan)	Variação % 2012-2013	Variação % 2013-2014 (até)
Nova Prata – Posto Avançado	39,88%	36,73%	93,10%	-7,88%	153,45%
Média no TRT4 1ª Instância	43,12%	38,70%	93,52%	-10,25%	141,67%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.02.2014)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número de processos solucionados}}{\text{resíduo anterior} + \text{processos recebidos}}$

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 39,88% no ano de 2013, constatando-se uma redução de 7,88 pontos percentuais em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 1,97 pontos percentuais.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

3.2.3 Processos solucionados

Processos solucionados na fase de conhecimento							
Solução		2012		2013		2014 (até jan)	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Com exame de mérito	Conciliação	524	54,47	422	46,58	10	24,39
	Julgado procedente	14	1,46	6	0,66	0	0
	Julgado procedente em parte	202	21	262	28,92	17	41,46
	Julgado improcedente	77	8	87	9,6	6	14,63
	Extinto	4	0,42	3	0,33	3	7,32
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	11	1,14	7	0,77	1	2,44
	Arquivamento (art. 844 CLT)	92	9,56	79	8,72	3	7,32
	Desistência	32	3,33	29	3,2	1	2,44
	Outras decisões	6	0,62	11	1,21	0	0
TOTAL		962	100	906	100	41	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.02.2014)

Verificou-se diminuição de 56 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2013, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 5,82%. Esse índice se mostra abaixo do desempenho de todas as Unidades da 4ª Região, em 2013, onde verificou-se aumento de 14,90% no número de processos solucionados.

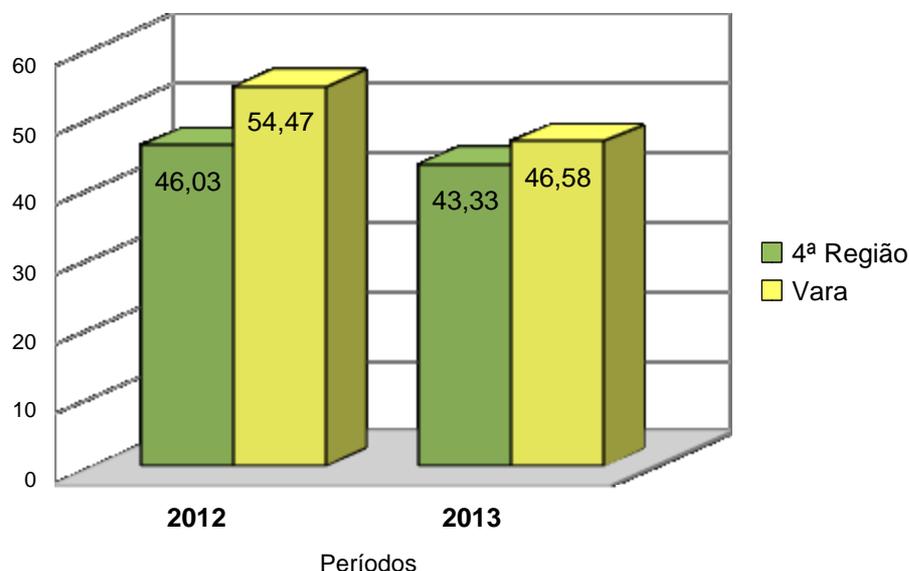
Dentre os tipos de solução, verificou-se, por outro lado, incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2012 foram proferidas 297 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2013, esse número alcançou 358 decisões, representando um aumento de 20,54%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito é superior ao do TRT4, cujo aumento de decisões com resolução de mérito, excluídas as conciliações, alcançou 17,20%.

Finalmente, salienta-se a diminuição do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2012, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 524, representando 54,47% dos processos solucionados. Já em 2013, o número total de conciliações alcançou 422, correspondendo a 46,58%. Todavia, ainda que registrado o decréscimo, esse índice superou o verificado em toda a 4ª Região, que foi de 43,33%.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2012	2013	2014 (até jan)	Variação 2012-2013	Variação 2013-2014 (até jan)
Pendentes do período anterior	332	163	88	-50,90%	-46,01%
Iniciadas	82	213	34	159,76%	-84,04%
Encerradas	251	280	34	11,55%	-87,86%
Pendentes	163	88	269	-46,01%	205,68%
Arquivo Provisório	4	4	3	0,00%	-25,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.02.2014)

O número de processos pendentes na fase de liquidação diminuiu 46,01% no ano de 2013. Esse resultado é muito superior ao verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes diminuiu de 27.628 em dez/2012 para 26.044 em dez/2013 (queda de 5,73%).

Um dos principais motivos dessa diminuição, foi o aumento do número de liquidações encerradas no período em 11,55%.

3.3.2 Taxa de congestionamento

Taxa de congestionamento – fase de liquidação*					
	2012	2013	2014 (até jan)	Variação % 2012-2013	Variação % 2013-2014 (até jan)

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Posto Avançado de Nova Prata	39,37%	25,53%	72,13%	-35,15%	182,51%
Média no TRT4 1ª Instância	80,51%	42,35%	91,02%	-47,40%	114,92%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.02.2014)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior+liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 25,53% no ano de 2013, constatando-se uma redução de 35,15 pontos percentuais em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 16,82 pontos percentuais.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

	2012	2013	2014 (até jan)	Variação % 2012-2013	Variação % 2013-2014 (até janeiro)	
Pendentes do período anterior (com execuções previdenciárias)	789	687	588	-12,93%	-14,41%	
Entradas	Iniciadas	288	312	0	8,33%	-100,00%
	Desarquivadas para prosseguimento	18	6	13	-66,67%	-96,43%
Saídas	Encerradas	303	358	33	18,15%	-91,93%
	Arquivadas Provisoriamente	84	51	0	-39,29%	-100,00%
Pendentes	exclusivamente de crédito previdenciário	15	10	12	-33,33%	-97,96%
	Demais	672	578	556	-13,99%	-38,70%
Saldo no arquivo Provisório	544	329	329	-39,52%	0,00%	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.02.2014)

Em 2013, o Posto Avançado de Nova Prata aumentou em 18,15% o número de execuções encerradas em relação ao ano de 2012. Esse índice é bastante expressivo, haja vista que, em toda a 4ª região, a variação foi de 6,90% no mesmo período. Além disso, o número de execuções iniciadas em 2013 foi 8,33% maior que no anterior.

Ademais, o estoque de execuções pendentes diminuiu 94 processos, o que corresponde a uma redução de 13,99% em relação ao saldo do ano anterior, sendo assim, superior àquele alcançado em toda a 4ª Região (queda de 4,31%)

3.4.2 Taxa de congestionamento

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Taxa de congestionamento – fase de execução* (sem arquivo provisório)					
	2012	2013	2014 (até jan)	Variação % 2012-2013	Variação % 2013-2014 (até jan)
Posto Avançado de Nova Prata	64,66%	59,30%	94,51%	-8,28%	59,37%
Média no TRT4 1ª Instância	67,42%	35,15%	98,84%	-47,86%	181,16%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.02.2014)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 59,30% no ano de 2013, constatando-se diminuição de 8,28 pontos percentuais em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 24,15 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2012	2013	2014 (até jan)	Variação % 2012-2013	Variação % 2013-2014 (até jan)
Posto Avançado de Nova Prata	75,69%	73,60%	96,45%	-2,77%	31,06%
Média no TRT4 1ª Instância	71,44%	78,74%	98,88%	10,22%	25,57%

Todavia, com a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo, a taxa de congestionamento da Posto Avançado de Nova Prata, na fase de execução, elevou-se para 73,60% no ano de 2013, constatando-se uma redução de 2,77 pontos percentuais em relação do índice do ano anterior. Além disso, na comparação com o índice da 4ª Região em 2013, a taxa de congestionamento da Unidade é 5,14% menor, o que demonstra melhor efetividade na execução do que aquela verificada em todo TRT4.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2012	2013	2014 (até jan)	Variação 2012-2013	Variação 2013-2014 (até jan)
Processos com inclusão de devedor no BNDT	588	206	13	-64,97%	-93,69%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	84	140	7	66,67%	-95,00%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.168	1.210	1.211	3,60%	0,08%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.02.2014)

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Posto Avançado de Nova Prata, foi realizado cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente em 2012 e 2013 com a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. A partir da consulta, apurou-se que 2 processos com execução encerrada definitivamente ainda possuem devedor inscrito no BNDT:

Processo	Situação Processual	Histórico BNDT
60200-98.1996.5.4.511	Em 21.11.2012, foi proferido despacho declarando extinta a execução e determinando a remessa dos autos ao arquivo, com baixa, inclusive do registro efetuado no BNDT. Em 26.03.2013, a Secretaria da Unidade inseriu o andamento "extinta a execução". Finalmente, em 04.04.2013, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos.	Em 15.09.2011, a executada "Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D" foi incluída no BNDT com a situação " com garantia total do juízo ".
180400-51.2007.5.4.511	Em 23.05.2012, foi proferido despacho determinado a exclusão da reclamada junto ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, declarando extinta a execução e determinando a remessa dos autos ao arquivo, com baixa. Em 06.02.2013, a Secretaria da Unidade inseriu o andamento "extinta a execução". Finalmente, em 15.04.2013, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos.	Em 19.09.2011, a autora Marivalda Barbiero, foi incluída no BNDT com "obrigação de fazer"

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2012			2013			2014 (até jan)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	89	82	8	122	89	36	16	17	34
Antecipações de	1	0	1	1	0	0	0	0	0

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

tutela									
Impugnações à sentença de liquidação	20	18	9	15	8	16	1	0	12
Embargos à execução	72	68	36	43	33	47	1	0	43
Embargos à arrematação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	0	1	3	12	3	13	1	0	3

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.02.2014)

Analisando-se os dados do quadro acima, constata-se aumento, em 2013, no número de embargos de declaração e grande aumento de Exceções de pré-executividade recebidos na Unidade Judiciária. Por outro lado, houve diminuição expressiva de Embargos à execução recebidos.

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2013, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao juiz e sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo.

Processo	Situação
0026500-45.2007.5.04.0512	Em 28.05.2012, há oposição de embargos à execução pela reclamada sem que a decisão de 30.05.2013 tenha sido registrada sem resolução do mérito.
0010032-67.2011.5.04.0511	Em 30.07.2013, há andamento interno de impugnação de sentença de liquidação. Todavia, não consta no sistema informatizado a conclusão nem o julgamento até a presente data.

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

3.6 TAXA DE RECORRIBILIDADE

3.6.1 Recorribilidade externa

Recorribilidade para instância superior					
	2012	2013	2014 (até jan)	Variação 2012-2013	Variação 2013-2014 (até jan)
Fase de Conhecimento	103,50%	91,22%	96,30%	-11,86%	5,56%
Fase de execução	79,69%	186,67%	-	134,25%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.02.2014)

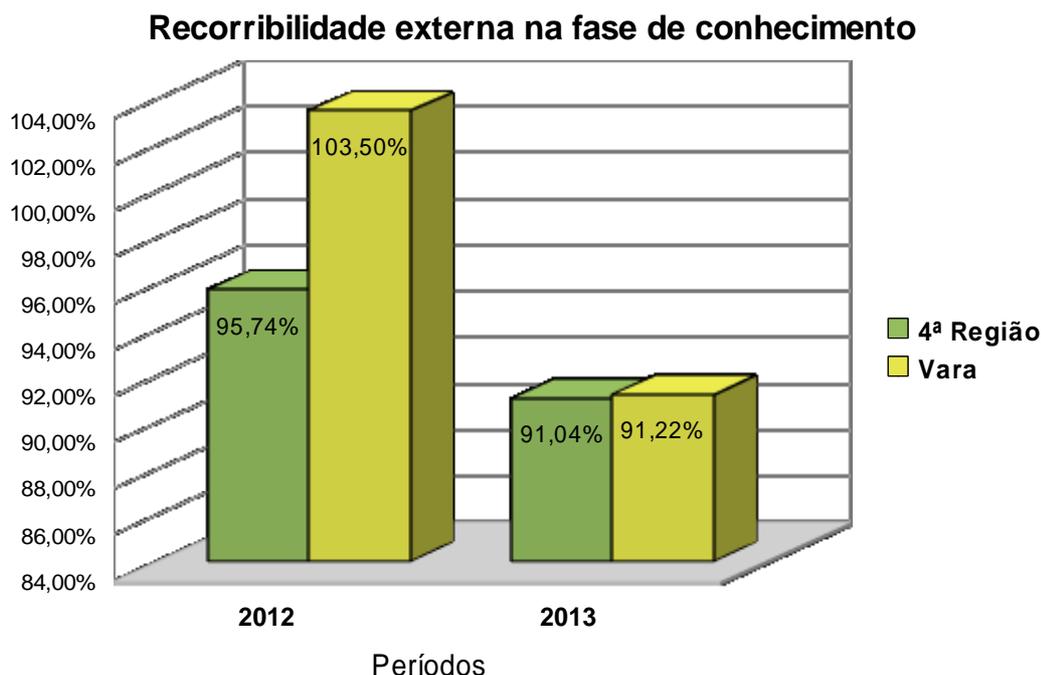
Recorribilidade externa – fase de conhecimento = Recursos ordinários interpostos / número de sentenças (todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento).

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Recorribilidade externa – fase de execução = Agravos de petição interpostos / número de decisões em embargos à execução.

No ano de 2013, a taxa de recorribilidade para instância superior na fase de conhecimento foi de 91,22%, a qual se mostrou 11,86% menor do que aquela registrada no ano anterior. Apesar disso, a taxa verificada na Unidade Judiciária ainda era 0,18% maior que o índice da 4ª Região em 2013, como aponta o gráfico abaixo.



Por outro lado, a taxa de recorribilidade para instância superior na fase de execução apresentou grande aumento em 2013, cujo índice alcançou 186,67% no período, índice 134,25% maior do que aquele registrado no ano anterior.

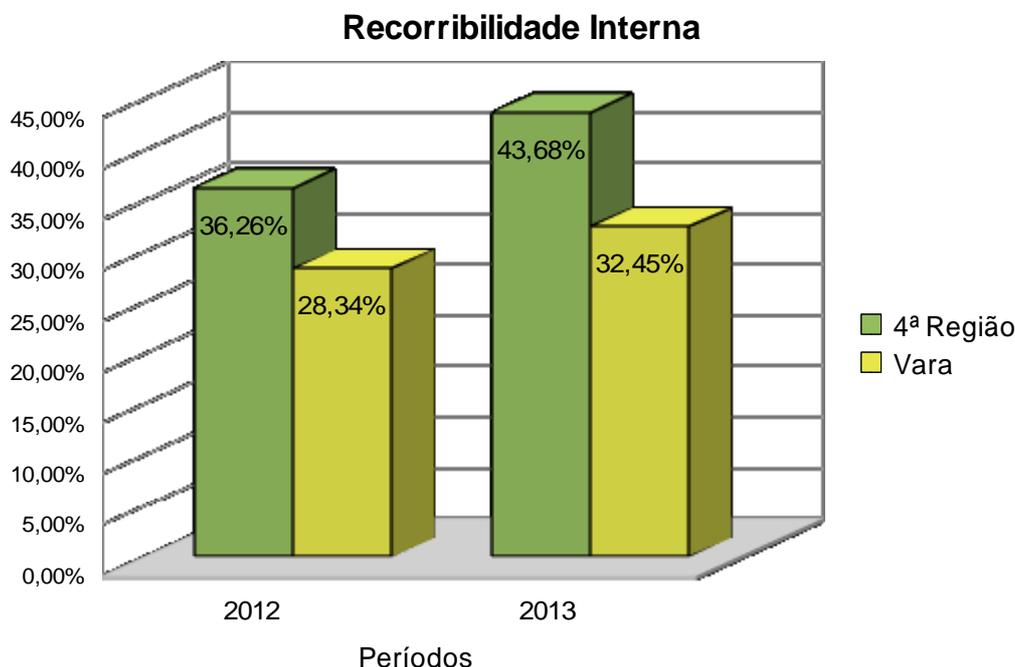
3.6.2 Recorribilidade interna

Recorribilidade interna					
	2012	2013	2014 (até jan)	Varição 2012-2013	Varição 2013-2014 (até jan)
Fase de conhecimento	28,34%	32,45%	59,26%	14,48%	82,64%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.02.2014)

Recorribilidade interna = Embargos de declaração interpostos / número de sentenças (todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento).

No ano de 2013, a taxa de recorribilidade para a própria instância na fase de conhecimento foi de 32,45%, a qual se mostrou 14,48% maior do que aquela registrada no ano anterior. Apesar disso, a taxa verificada na Unidade Judiciária ainda era 11,23% menor que o índice da 4ª Região em 2013, como aponta o gráfico abaixo.



4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2012	2013	2014 (até jan)	Varição 2012-2013	Varição 2013-2014 (até jan)
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	59,54	53,91	83,2	-9,46%	54,33%
	Ordinário	230,98	274,09	351,17	18,66%	28,12%

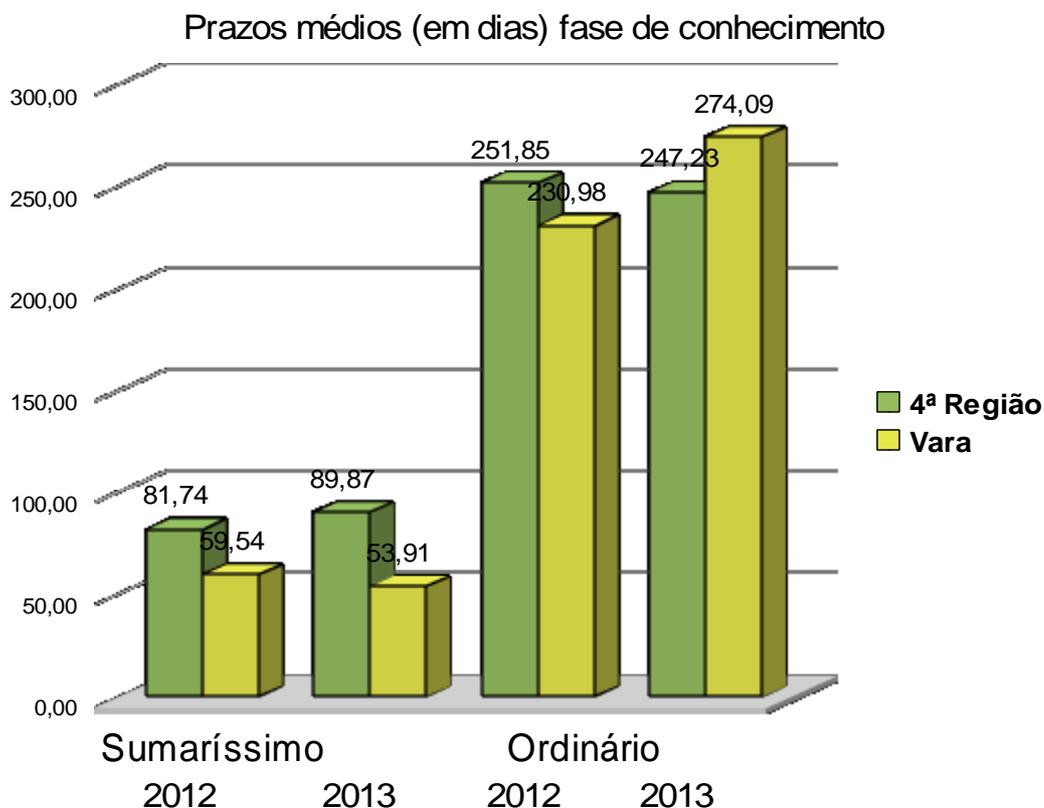
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 26.02.2014)

No ano de 2013, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença alcançou 53,91 dias, no rito sumaríssimo, que equivale à redução de 9,46% em relação à média do ano anterior. O rito ordinário, por outro lado, registrou prazo de 274,09 dias, média 18,66% mais morosa na comparação com 2012.

Conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual na fase de conhecimento em 2013, no rito sumaríssimo, foi mais célere do que o verificado em toda a 4ª Região em 22,2 dias, correspondendo a um percentual de 27,56% mais célere. Todavia, no rito ordinário, o prazo médio de tramitação na fase de conhecimento na Unidade foi 26,86 dias mais moroso, o que resulta em uma demora 10,86% maior do que aquela verificada na média de tramitação da fase de cognição da 4ª Região em 2013.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2012	2013	2014 (até jan)	Varição 2012-2013	Varição 2013-2014 (até jan)
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	122,12	159,5	231	30,61%	44,83%
	Ordinário	179,49	234,6	147	30,70%	-37,34%

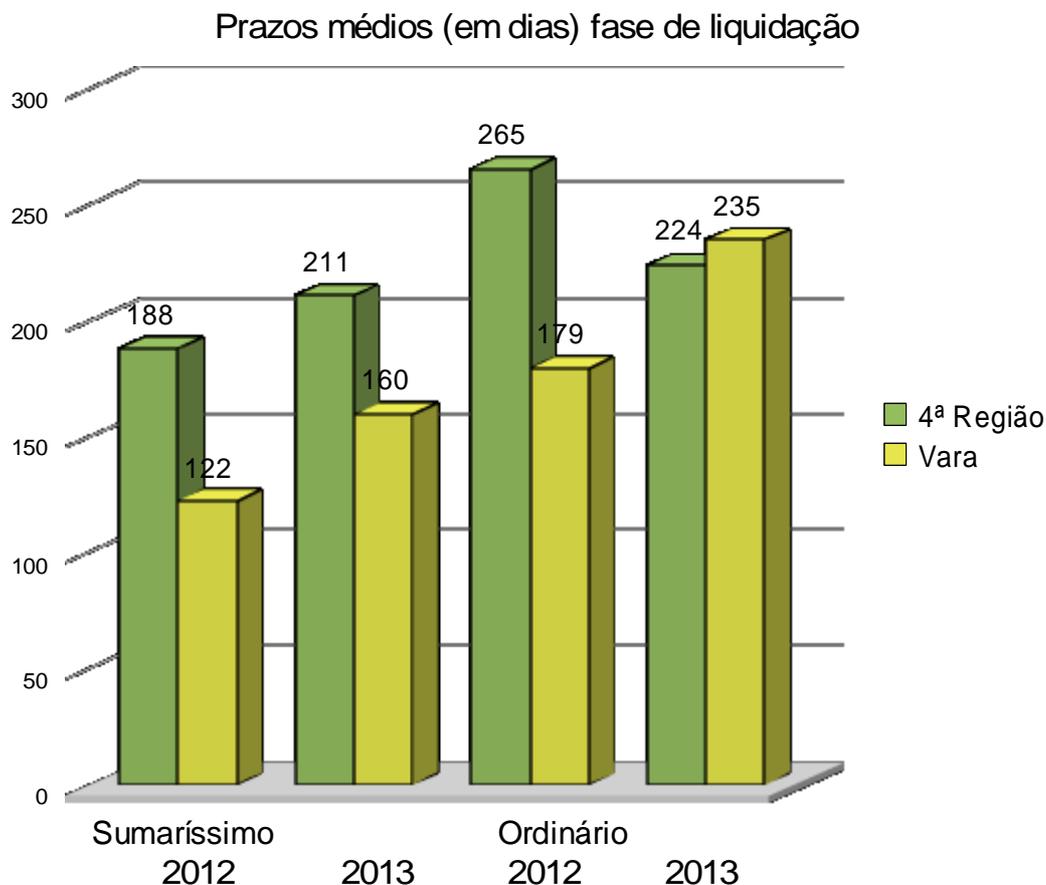
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 26.02.2014)

No rito sumaríssimo, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação foi de 159,5 dias em 2013, que equivale a um aumento de 30,61% em relação à média do ano anterior. No rito ordinário, igualmente, o prazo médio alcançou 234,6 dias, 55,11 mais moroso na comparação com 2012.

Na comparação com a média de tramitação processual na fase de liquidação de toda a 4ª Região em 2013, o prazo médio do rito sumaríssimo foi 51,01 dias mais célere (-34,97%), enquanto no rito ordinário, a média foi 11,05 dias mais morosa (+4,94%). Especificações no quadro abaixo.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2012	2013	2014 (até jan)	Variação 2012-2013	Variação 2013-2014 (até jan)
Do início ao encerramento da execução	Ente Privado	735,37	671,02	468,23	-8,75%	-30,22%
	Ente Público	721,14	1.112,71	-	54,30%	-100,00%
	Total	735,01	680,53	468,23	-7,41%	-31,20%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 26.02.2014)

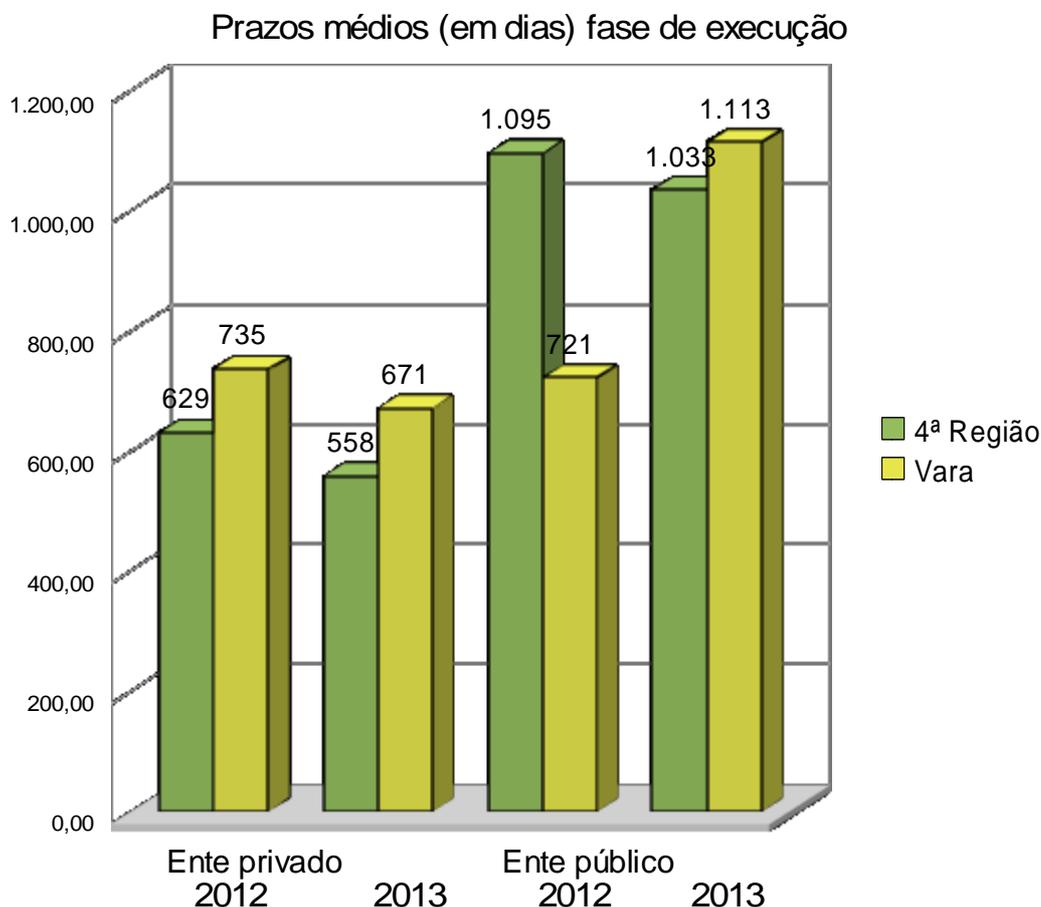
Em 2013, o prazo médio de tramitação na fase de execução foi de 680,53 dias, o qual foi 7,41% menor do que o prazo do ano anterior. Essa redução decorre, principalmente, do resultado obtido nos processos cujo executado é ente privado, cujo prazo foi reduzido em 8,75%.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2013, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que, nos processos em que o executado é ente privado, os prazos médios de tramitação foram 20,28% maiores do que a média da 4ª Região. No mesmo sentido, quando o executado

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

é ente público, o prazo médio de tramitação no Posto Avançado de Nova Prata foi 7,67% mais moroso que a média em todo o TRT4.



Observação: Conforme verificado no momento da inspeção correcional, o prazo médio da execução é afetado em razão da existência de execuções contra uma mesma empresa processadas de forma reunida, como ocorre no processo 0092600-84.2004.5.04.512, na qual estão reunidas 14 ações e execução se processa com dificuldades contra os sócios. Foi mencionada também o processo movido contra a Massa Falida Dal Ponte e Cia Ltda, no qual estão reunidos em torno de 70 processos de execução e que se encontra em fase habilitação de crédito.

5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2013

5.1.1 Meta 2 - 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0 processos	Meta cumprida

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

5.1.2. Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos entre 01.01.2006 e 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0 processos	Meta cumprida

5.1.3 - Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Solucionados	%	Resultado
779	779	100,00%	Meta cumprida

5.2 Metas do CNJ – Ano de 2013

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013”.

META 1/2013 CNJ			
Distribuídos em 2013	Solucionados em 2013	%	Resultado
852	906	106,34%	Meta cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 80% dos processos distribuídos, em 2009, na Justiça do Trabalho”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Solucionados	%	Resultado
929	929	100%	Meta cumprida

5.2.3. Meta 13: “Aumentar em 15% (quinze por cento) o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011”.

META 13/2013 CNJ			
Execuções encerradas em 2011	Execuções encerradas em 2013	%	Resultado
337	358	6,23%	Meta não cumprida

5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

5.3.1. Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2014	Solucionados até 31.01.2014	%	Resultado
67	41	61,19%	Os dados parciais apontam tendência de não cumprimento da meta.

5.3.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Distribuídos em 2011	Solucionados de 2011	%	Resultado
980	964	98,37%	Meta cumprida
Distribuídos em 2012	Solucionados de 2012	%	
1004	936	93,23%	

5.3.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor (até Jan/2014)
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1.013
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	263
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	304
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	299
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	340

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	12
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	9
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	5
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	9
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

* Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal = - (((1-(ΣP5.13/(ΣP5.11+(P5.1+P5.3-P5.5+P5.7-P5.9+ΣP5.15-ΣP5.17)))) - (((1-(P5.5/(P5.3+P5.1))) + (1-(P5.9/(P5.7+P5.1+P5.3-P5.5))))/2))) X 100 / (((1-(P5.5/(P5.3+P5.1))) + (1-(P5.9/(P5.7+P5.1+P5.3-P5.5))))/2))

* Percentual de redução - Execução Fiscal = - (((1- (ΣP5.14/(ΣP5.12+(P5.2+P5.4-P5.6+P5.8-P5.10+ΣP5.16-ΣP5.18)))) - (((1- (P5.6/(P5.4+P5.2))) + (1-(P5.10/(P5.8+P5.2+P5.4-P5.6))))/2))) X 100 / (((1- (P5.6/(P5.4+P5.2))) + (1-(P5.10/(P5.8+P5.2+P5.4-P5.6))))/2))

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado parcial (até janeiro)
-32,56%	Meta cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado parcial (até janeiro)
0,00%	Meta não cumprida até o momento

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas-feiras, de manhã e à tarde, e às quintas-feiras pela manhã. Sessões extras são realizadas em geral na segunda-feira à tarde, quinta-feira à tarde e sexta-feira pela manhã. A composição média das sessões é especificada no(s) quadro(s) abaixo.

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	5 ou 6 (I) 3 ou 4 (P)	5 ou 6 (I) 3 ou 4 (P)	5 ou 6 (I) 3 ou 4 (P)	-
Tarde	-	5 (I)	6 (SU)	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 20.03.2014)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última data marcada	Próxima data livre
Inicial	14.05.2014	08.05.2014
Una Sumaríssimo	02.09.2014	07.05.2014
Instrução	12.11.2014	05.11.2014
Tentativa de acordo em execução	Não há pauta específica – Há tentativa nas audiências iniciais	Não há pauta específica – Há tentativa nas audiências iniciais

(Fonte: Assistente-Chefe do Posto, na visita correcional)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	2014 (até jan)	Varição 2012-2013	Varição 2013-2014 (até jan)
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	53,47	41,35	55	-22,67%	33,01%
	Ordinário	58,71	47,47	60,03	-19,14%	26,46%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 26.02.2014)

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio reduzido de 53,47 dias, em 2012, para 41,35 dias, em 2013. Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário, diminuiu de 58,71, em 2012, para 47,47, em 2013.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2012	2013	2014 (até jan)	Variação 2012-2013	Variação 2013-2014 (até jan)
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	12,23	21,7	-	77,43%	-
	Ordinário	174,81	258,78	-	48,04%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 26.02.2014)

As audiências de prosseguimento se realizaram em prazos maiores em 2013 na comparação com o ano anterior. As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo elevado de 12,23 dias, em 2012, para 21,7 dias, em 2013 (+77,43%). No rito ordinário, a elevação da média foi de 174,81 dias em 2012, para 258,78 dias, em 2013 (+48,04%).

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz	Audiências Realizadas				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Ana Paula Kotlinsky Severino	669	466	167	69	1371
Jaqueline Maria Menta	196	139	36	30	401

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 26.02.2014)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Magistrados	Solucionados		
	Com Exame de Mérito	Sem Exame de Mérito	Total de processos

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	solucionados
Ana Paula Kotlinsky Severino	326	318	2	646	106	752
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	-	6	0	6	-	6
Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead	-	4	0	4	-	4
Jaqueline Maria Menta	106	41	4	151	24	175
Raquel Hochmann de Freitas	-	2	0	2	-	2
Roberto Teixeira Siegmann	-	2	0	2	-	2
Rubiane Solange Gassen Assis	-	1	0	1	-	1
Silvionei do Carmo	-	0	0	-	1	1
Vinicius Daniel Petry	-	4	0	4	-	4
Total	432	378	6	816	131	947

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 26.02.2014)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA

Ana Paula Kotlinsky Severino		
0010014-72.2013.5.04.0512	0010014-72.2013.5.04.0512	0010014-72.2013.5.04.0512
0122000-10.2008.5.04.0511	0122000-10.2008.5.04.0511	0122000-10.2008.5.04.0511
Há mais de 50 dias: não há		
Total: 6 processos		
Jaqueline Maria Menta		
0010462-79.2012.5.04.0512	0010462-79.2012.5.04.0512	0010462-79.2012.5.04.0512
0010439-39.2012.5.04.0511	0010439-39.2012.5.04.0511	0010439-39.2012.5.04.0511
0010132-51.2013.5.04.0511	0010132-51.2013.5.04.0511	0010132-51.2013.5.04.0511
0010501-76.2012.5.04.0512	0010501-76.2012.5.04.0512	0010501-76.2012.5.04.0512
0010242-47.2013.5.04.0512	0010242-47.2013.5.04.0512	0010242-47.2013.5.04.0512
0010113-42.2013.5.04.0512	0010113-42.2013.5.04.0512	0010113-42.2013.5.04.0512
0010183-62.2013.5.04.0511	0010183-62.2013.5.04.0511	0010183-62.2013.5.04.0511
0010176-67.2013.5.04.0512	0010176-67.2013.5.04.0512	0010176-67.2013.5.04.0512
0010252-94.2013.5.04.0511	0010252-94.2013.5.04.0511	0010252-94.2013.5.04.0511
0010202-65.2013.5.04.0512	0010202-65.2013.5.04.0512	0010202-65.2013.5.04.0512
0010205-23.2013.5.04.0511	0010205-23.2013.5.04.0511	0010205-23.2013.5.04.0511
0010035-48.2013.5.04.0512	0010035-48.2013.5.04.0512	
Há mais de 50 dias: não há		
Total: 35 processos		

(Fonte: inFOR Pro. Consulta em 07.03.2014)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

Segundo informações prestadas pela Assistente-Chefe na visita de inspeção correcional, o trabalho é dividido entre os servidores por tarefa, de forma escalonada. O cumprimento das determinações contidas em ata de audiência é realizado, geralmente, pelo secretário de audiências. As atividades de execução são efetuadas pela Assistente-Chefe, e as minutas de despacho são confeccionadas por ela e mais três servidores (Marli, Evandro e Alexandre).

7.1 EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS

É realizada diariamente, de acordo com a escala de tarefas. Na data da correição, estava rigorosamente em dia. Os documentos determinados em ata são expedidos pelo secretário de audiências.

7.2 EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS

As CPs determinadas em ata são expedidas pelo secretário de audiências, e as executórias entram na fila da execução.

7.3 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS

Os mandados e demais cumprimentos da fase de execução são organizados por ordem cronológica, exceto os alvarás, que têm prioridade. Na data da correição, estavam sendo cumpridos os despachos de execução da semana anterior e da semana corrente.

7.4 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

São expedidos diariamente. Na data da correição, encontravam-se rigorosamente em dia.

7.5 EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS E RPV'S

Na data da correição, estavam sendo cumpridos os despachos de execução da semana anterior e da semana corrente.

7.6 JUNTADA DE PETIÇÕES

É realizada diariamente pelos servidores que também atendem ao balcão (sempre dois servidores, em regime de escala). Na data da correição, estava rigorosamente em dia.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

7.7 DESPACHOS DE PROTOCOLO

As minutas de despacho são confeccionadas pela Assistente-Chefe, pelo seu Assistente, Joel, e pelo servidor Sérgio. As petições urgentes são passadas diretamente ao Diretor. Na data da correição, a Unidade estava processando as petições de janeiro.

7.8 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da correição, a Unidade estava certificando os prazos da primeira semana de março.

7.9 REMESSA DE AUTOS AO TRT

É realizada remessa semanal, no dia da semana em que há malote.

7.10 CONVÊNIOS

A Assistente-Chefe informa que faz uso dos convênios regularmente.

7.11 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

É realizado uma vez por mês. Na data da correição, havia somente processos do mês corrente aguardando arquivamento.

7.13 EXAME DOS LIVROS

7.13.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0065200-71.1999.5.04.0512	1º.10.2008	**
2	0010530-32.2012.5.04.0511	29.11.2013	2 meses e 13 dias*
3	0136100-67.2008.5.04.0511	09.12.2013	2 meses e 3 dias*
4	0010233-85.2013.5.04.0512	16.12.2013	1 mês e 26 dias
5	0010155-28.2012.5.04.0512	16.12.2013	1 mês e 26 dias
6	0010389-73.2013.5.04.0512	16.12.2013	1 mês e 26 dias
7	0010224-26.2013.5.04.0512	19.12.2013	**
8	0061800-73.2004.5.04.0512	23.01.2014	19 dias
9	0094400-14.2008.5.04.0511	23.01.2014	19 dias*
10	0010524-59.2011.5.04.0511	23.01.2014	19 dias*
11	8008700-46.1999.5.04.0511	27.01.2014	15 dias
12	0010130-49.2011.5.04.0512	30.01.2014	12 dias*

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.02.2014)

*Processo em carga rápida

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

*** Processo está arquivado definitivamente ou remetido ao TRT, sem baixa da carga.*

7.13.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0083200-73.2009.5.04.0511	17.06.2013	*
2	0010099-58.2013.5.04.0512	15.07.2013	6 meses e 27 dias
3	0010075-30.2013.5.04.0512	15.07.2013	6 meses e 27 dias
4	0010518-15.2012.5.04.0512	15.07.2013	6 meses e 27 dias
5	0010209-60.2013.5.04.0511	22.11.2013	2 meses e 20 dias
6	0010368-37.2012.5.04.0511	21.01.2014	21 dias
7	0010320-44.2013.5.04.0511	21.01.2014	21 dias
8	0010236-77.2012.5.04.0511	21.01.2014	21 dias
9	0010298-80.2013.5.04.0512	21.01.2014	21 dias
10	0010079-67.2013.5.04.0512	21.01.2014	21 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.02.2014)

* Processo está arquivado definitivamente, sem baixa da carga.

* Processo em que a não devolução dos autos ocasionou a retirada de pauta de audiência de prosseguimento ou houve destituição do perito anterior. (Perito Médico: Paulo Roberto Fochesato)

7.13.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	512-00209/13	0106600-16.2009.5.04.0512	16.09.2013	4 meses e 26 dias
2	512-00314/13	0010377-59.2013.5.04.0512	27.01.2014	15 dias
3	511-00008/14	0094200-12.2005.5.04.0511	30.01.2014	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.02.2014)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 06.02.2014, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou 197 processos. O item 9.1 compõe-se de 20 autos físicos, dos quais 14 foram sorteados entre os constantes nessa lista e 6 dentre os mais antigos tramitando em cada fase processual (2 de conhecimento, 2 de liquidação e 2 de execução). O item 9.2 verifica, por

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0011300-81.1996.5.04.0512
<p>Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar.</p> <p>Movimentação processual: cumprimento dos despachos das fls. 132/132,verso e fl. 146 ocorreu em prazo superior a 10 dias.</p> <p>Principais Entraves: <u>fase de execução</u> - iniciada em agosto/1996 em razão do descumprimento do acordo pelo executado. Houve penhora de bens e realização de quatro leilões sem licitantes. Em outubro/1997 os autos foram arquivados com dívida do executado. Em abril/2013 o reclamante requereu o desarquivamento dos autos e a dívida foi satisfeita através do convênio Bacen-Jud.</p>	
2	0048400-39.1997.5.04.0511
<p>Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar.</p> <p>Movimentação processual: impulso processual além de 30 dias (fls. 234,verso e 235).</p> <p>Principais Entraves: <u>fase de execução</u> - o cálculo foi homologado em março/98. Após sucessivas diligências, não foi possível localizar o executado. Os autos foram arquivados, com dívida, em outubro/1999. Em outubro/2011 o autor requereu o desarquivamento dos autos, sendo retomadas as tentativas de localização do executado para satisfação do crédito, sem sucesso até esta data.</p>	
3	0036600-72.2001.5.04.0511
<p>Aspectos gerais dos autos*: certidão da fl. 307 sem assinatura do servidor.</p> <p>Movimentação processual: nada a apontar.</p> <p>Principais Entraves: <u>fase de execução</u> - iniciada em 03/4/2003. Houve penhora de fração de terra com dívida hipotecária junto ao Bannisul que movia ação junto ao Juízo Cível de Guaporé/RS; Juízo Cível suspende a venda do imóvel. Em dezembro/2007 foi expedida autorização judicial pela Vara deprecada (2a VT de Passo Fundo) para venda do imóvel em leilão em razão do superprivilégio do crédito trabalhista; a venda só ocorreu em 24/2/2010. Foram opostos embargos à arrematação, julgados improcedentes em 26/8/2011 e o depósito é colocado à disposição do Juízo pela Vara deprecada. Em 28/3/2012, as partes conciliam o feito com previsão de término do parcelamento para abril/2014.</p>	
4	0026000-21.2003.5.04.0511
<p>Aspectos gerais dos autos*: termo de juntada à fl. 505, verso com espaços em branco.</p> <p>Movimentação processual: nada a apontar.</p> <p>Principais Entraves: <u>fase de execução</u> - iniciada em 12/1/2006. Houve penhora de bens em julho/06, sem licitantes no leilão designado; bloqueio de valores via Bacen Jud, insuficientes para pagamento integral da dívida; substituição de penhora em 09/12/2008 com venda em leilão positiva em maio/2009, mas ainda insuficiente para satisfação da dívida; nova penhora em dezembro/2009, com leilão inexitoso. O reclamante adjudicou os bens e a execução prosseguiu, com nova penhora de bens em outubro/2011 para pagamento das despesas processuais. A executada quitou honorários, perícias e despesas de leilão. O feito pende da quitação dos débitos fiscais e previdenciários, desde julho/2012, com relação aos quais houve pedido de parcelamento administrativo junto aos órgãos competentes. O executado tem juntado documentação referente ao parcelamento.</p>	

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

5	0124400-02.2005.5.04.0511
<p>Aspectos gerais dos autos*: termo de juntada à fl. 613, verso com espaços em branco. Movimentação processual: nada a apontar. Principais Entraves: <u>fase de instrução</u> - a audiência inicial ocorreu em 02/3/2006, foram realizadas perícia médica e técnica, tendo a instrução sido encerrada em 31/3/2009.</p>	
6	0033500-02.2007.5.04.0511
<p>Aspectos gerais dos autos*: folha de carga da fl. 116, sem assinatura do procurador do autor; certidão das fls. 178-verso, sem assinatura do servidor, assim como a da fl. 189; não foi lavrado termo de juntada à fl. 189, verso; certidão da fl. 223, verso sem assinatura e sem identificação do servidor (art. 150 CPCr). Movimentação processual: lapso para cumprimento do primeiro item do despacho da fl. 227 superior a 10 dias. Principais Entraves: <u>fase de execução</u> - iniciada em 08/3/2010. Houve arquivamento provisório em março/2011, pela ausência de bens em nome do executado. Em junho/2011 os autos foram desarquivados a pedido do autor, para tentativa de prosseguimento da execução sobre veículo de propriedade do reclamado. Em dezembro/2011 foram opostos Embargos de Terceiro pelo real proprietário do veículo, tendo sido determinada a liberação da penhora que incidia sobre o referido veículo após julgamento do agravo de petição pelo TRT, em 30/8/2013. Após novas tentativas, frustradas, de bloqueio de valores via Bacen Jud e pesquisas junto ao Renajud, foi determinado o rearquivamento dos autos com dívida do executado.</p>	
7	0189600-79.2007.5.04.0512
<p>Aspectos gerais dos autos*: foram remetidos à Corregedoria somente o 6º e 7º volumes dos autos; não consta identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 1092; por equívoco, constou na certidão da fl. 1220 que o verso da fl. 1094 está em branco e não constou que o verso da fl. 1219 está em branco; a juntada do documento AR à fl. 1286, verso, não observou o disposto nos §§ 1 e 2 do art. 68 da CPCr; a folha de carga dos autos (fl. 1352) está sem assinatura da servidora (art. 150 CPCr). Movimentação processual: nada a apontar. Principais Entraves: <u>fase de liquidação</u> - iniciada em junho/2011, conforme andamentos do inFOR. Em razão da divergência das partes, em 29/10/12 foi nomeada contadora ad hoc para elaboração da conta (fl. 1080); em 17/12/2012 a contadora protocolou petição requerendo a juntada de documentos pela reclamada; os documentos foram juntados em 22/2/2013. Em 12/4/2013, a contadora apresentou o cálculo e, desde então, as partes vêm impugnando o laudo de liquidação; a conta ainda não está homologada.</p>	
8	0094100-52.2008.5.04.0511
<p>Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar. Principais Entraves: <u>fase de execução</u> - iniciada em setembro/2011. Tentativa de conciliação frustrada, penhora de área de terra com problemas de delimitação, localização e regularização de loteamento. A penhora foi determinada em junho/2012 (fl. 291) mas só foi efetivada em 21/5/2013. Os autos aguardam a regularização do loteamento, condicionada à decisão do Juízo Cível.</p>	
9	0000200-15.2008.5.04.0511
<p>Aspectos gerais dos autos*: não houve formação de autos suplementares relativamente ao subestabelecimento da fl. 420 e despacho da fl. 421; não foi lavrado termo de juntada à fl. 491, verso; o preposto do executado que compareceu à audiência da fl. 492, não está credenciado nos autos; a folha 522 não está numerada. Movimentação processual: nada a apontar.</p>	

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Principais Entraves: entre a instrução e a fase recursal, decorreram quatro anos: audiência inicial em 19.2.2008; sentença prolatada em 29.6.2010; remessa ao TRT em agosto/2011 e trânsito em julgado em 28/3/2012.

10 0010019-68.2011.5.04.0511

Aspectos gerais dos autos*: a informação constante na certidão da fl. 339, sobre a falência da executada não foi lançada nos andamentos do Infor; a certidão data de 09/8/2013 e somente em 09/12/2013 foi feita a unificação do cadastro retificando o nome da reclamada para Massa Falida. Também não constou nos andamentos do INFOR a formação de autos suplementares antes da remessa dos autos a esta Corregedoria.

Movimentação processual: nada a apontar.

11 0010068-12.2011.5.04.0511

Aspectos gerais dos autos*: não foi lavrado termo de juntada à fl. 295, verso; termos de juntada às fls. 322, verso e 324, verso com espaços em branco.

Movimentação processual: lapso na movimentação processual além de 10 dias (citação pelo Oficial de Justiça em 14/1/2013; decurso do prazo em 16/1/2013; certificação somente em 13/2/2013); cumprimento do primeiro item do despacho da fl. 297 em 26 dias (fls. 298/299); lapso na movimentação processual além de 10 dias (prazo da fl. 315, vencimento em 25.6.2013; certificação do prazo em 25.7.2013); próxima movimentação processual em 18 dias (certificação da fl. 316 e expedição da autorização judicial à fl. 318); retirada da autorização pelo leiloeiro em 29 dias; lapso para designação do leilão em 20 dias (decorreram 80 dias, da expedição da autorização judicial em 12/8 até a data do leilão designada para 31/10/2013, que, por sua vez, teve resultado negativo).

12 0010181-60.2011.5.04.0512

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar.

Movimentação processual: certificação do decurso de prazo além de 10 dias (fl. 585 – vencimento 19/8, certificação em 10/09 – fl. 586; fl. 587 – vencimento 02/10, certificação em 21/10).

13 0010252-62.2011.5.04.0512

Aspectos gerais dos autos*:

Movimentação processual: nada a apontar.

Principais Entraves: demora na regularização da representação da Sucessão (reclamante faleceu em novembro/11; regularização em maio/2013).

14 0010364-34.2011.5.04.0511

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar.

Movimentação processual: lapso para impulso processual além de 30 dias (vencimento prazo da notificação da fl. 404 em 01/3/2013; certificação do decurso de prazo em 05/4/2013, fl. 405); lapso para cumprimento do primeiro item do despacho da fl. 405 em 21 dias; lapso para cumprimento o despacho da fl. 428 em 41 dias.

15 0010082-59.2012.5.04.0511

Aspectos gerais dos autos*: termo de juntada com espaços em branco (fl. 151, verso).

Movimentação processual: lapso para impulso processual superior a 10 dias (fls. 118/119 – vencimento prazo 04/2/2013; autorização judicial expedida em 04/3/2013 – fl. 121).

Principais Entraves: fase de execução - execução – primeiro leilão sem licitantes (14/5/2013); em agosto/2013 despacho da fl. 150 determina a realização de venda direta dos bens penhorados, leiloeiro informa em 06/2/2014 que não houve interessados na aquisição dos bens.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

16	0010270-52.2012.5.04.0511
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
17	0010540-76.2012.5.04.0511
Aspectos gerais dos autos*: documentos das fls. 70,71 e 72 quantificados, mas não numerados (art.68 caput CPCr); numeração incorreta a partir da fl. 81 (numeração repetida); há divergência na identificação do representante da reclamada nas atas das fls. 123 e 129 (na primeira, o representante é identificado como preposto e, na última, como sócio da reclamada; conforme instrumento de mandato das fls. 124/125 o representante é procurador da empresa reclamada). Movimentação processual: nada a apontar.	
18	0010036-36.2013.5.04.0511
Aspectos gerais dos autos*: no verso das fls. 46 e 47 não consta a identificação da estagiária. Movimentação processual: nada a apontar.	
19	0010226-96.2013.5.04.0511
Aspectos gerais dos autos*: numeração incorreta após a fl. 26 (a folha seguinte está sem numeração) – art. 66, caput, CPCr; verso da fl. 12 sem carimbo em branco (art. 71 CPCr). Movimentação processual: nada a apontar.	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2013.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Processo reunido a outro sem andamento	0095600-22.2009.5.04.0511
	0033700-09.2007.5.04.0511
	0118200-42.2006.5.04.0511

8.3 Exame dos Pressupostos Recursais

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento expreso nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Observa-se que o despacho é completo e circunstanciado, atendendo plenamente a exigência normativa.

9 PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, bem como pelo Edital do Gabinete da Presidência nº 03/2014, de 20.03.2014, há previsão de instalação do PJe na Unidade Judiciária em 05.09.2014.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária não requereu a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

O Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata encontra-se rigorosamente organizado e reflete clima de eficiência e cordialidade louváveis no atendimento do público e na execução das tarefas por parte dos seus servidores. Merece destaque o envolvimento da Assistente-Chefe Lisete Maria Kist Wirth não apenas em relação as suas atribuições, mas também por empreender forma administrativa que integra a Justiça do Trabalho com a comunidade local e seus representantes. O relatório prévio de dados estatísticos, por sua vez, demonstra os resultados positivos da unidade como a diminuição do estoque de processos pendentes de solução tanto na fase de conhecimento como de liquidação, aspecto relevante mesmo se levada em consideração a diminuição de casos novos. O número de execuções encerradas também sofreu significativo aumento em relação ao último período correccionado. Deve ser destacado o empenho da Secretaria nas tarefas relativas à certificação de decurso dos prazos processuais – efetuada em exíguo lapso, e o protocolo - com a juntada diária das petições, procedimentos que garantem a celeridade na movimentação dos feitos.

No mesmo sentido, é perceptível o comprometimento e louvável a produtividade de todas as Juízas que atuaram na unidade no período.

12 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (BNDT)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos nº 60200-98.1996.5.4.511 e nº 180400-51.2007.5.4.511. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

b) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 (Incidentes processuais)

Para correção das distorções no sistema e-Gestão determina-se à Unidade Judiciária que:

- a) em relação ao processo nº 0026500-45.2007.5.04.0512, seja registrada sem resolução de mérito, a decisão dos embargos à execução ocorrida em 30.05.2013, com data correspondente àquela verificada nos autos físicos;
- b) em relação ao processo nº 0010032-67.2011.5.04.0511, seja registrada a conclusão e a decisão da impugnação à sentença.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITENS 7.13.1 e 7.13.2

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.13.3

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 (“ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS”)

Atente a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a) quando da juntada de documentos reduzidos, seja rigorosamente observado o art. 68 e §§ da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se,

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCr e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
 - d) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCr;
 - e) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPCr.
 - f) observe os procedimentos para a formação dos autos provisórios, conforme a previsão do art. 105, §1º, da CPCr.

13 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juizes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da PAJT, das 13h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Com esse propósito, compareceu a Dra. Glaziela Casanova Gasparetto, advogada militante na comunidade e Secretária da Seccional da OAB/RS, que teceu elogios ao atendimento e organização por parte de todos os servidores e juizes que atuaram do Posto de Nova Prata, em especial às Juizas Jaqueline Menta e Ana Paula Kotlinsky Severino, pela conduta e bom relacionamento no exercício da magistratura naquela unidade. Esteve presente, também, o Dr. Gustavo Bodanese, que elogiou a atuação da Juíza Deise Anne Herold, sua conduta e bom relacionamento com partes e advogados.

14 PRAZO PARA RESPOSTA

Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Secretaria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

15 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Deise Anne Herold, pela Assistente-Chefe Lisete Maria Kist Wirth e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim,

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck
Corregedora Regional**